

CONTORNOS DA «PREOCUPAÇÃO POR PORTUGAL» NO ENSAISMO DE EDUARDO LOURENÇO

ANA NASCIMENTO PIEDADE

Universidade Aberta de Lisboa
ananp@univ-ab.pt

Em princípio, todo o português que sabe ler e escrever se acha apto para tudo, e o que é mais espantoso é que ninguém se espante com isso¹.

1. Para compreender a leitura da cultura portuguesa levada a cabo por Eduardo Lourenço, importa estar ciente de certas idiossincrasias que enquadram e singularizam o seu ser-ensaísta. A funda inquietação de onde emana a escrita do autor de *O Esplendor do Caos*, a ausência de dogmatismo que a estrutura e a indissociável ligação ao que é humano e vital que a tipifica, contribuem para que esta escrita não evolua de modo linear nem previsível, mas progrida de forma um tanto ziguezagueante e fortuita, por avanços, e retrocessos, derivas e errâncias, num «borboletear» que obedece a circunstâncias da vida e do próprio texto. O *ethos* ensaístico lourenciano privilegia uma racionalidade dialógica e argumentativa que, inserindo-se numa historicidade determinada, perspectiva a realidade de forma oblíqua e transversal, nunca de acordo com uma ordem pré-estabelecida mas optando pela pluralidade face à unidade, assim como pela interrogação provisória em detrimento da conclusão definitiva. Numa entrevista ainda inédita², datada de Abril de 2007, Lourenço afirmou expressivamente: «O ensaio tal como eu o pratico, conduz o leitor

¹ LOURENÇO, 2005: «Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos».

como se lhe fosse revelado um qualquer mistério, uma questão que nos prende. E os finais, em geral, são extremamente ambíguos, não há conclusão nenhuma, a conclusão é deixada ao leitor. Porque eu penso que, justamente, essa não conclusão faz parte da visão ensaística, quer dizer, porque se não então seria um discurso virtualmente análogo àquilo que quer ser o discurso científico».

Ora este modo-de-ser ensaísta compromete a segurança que uma abordagem baseada numa metodologia cartesiana, ou seja, predominantemente lógica, coerente e sistemática, poderia oferecer, provocando, opostamente, uma forte perplexidade e propondo-nos um incessante desafio e risco hermenêuticos. Tendo o *espaço literário* como horizonte referencial de germinação das suas ideias, o ensaísta revela-se também escritor e entrega-se à volúpia do estilo dirigindo-se «à generalidade dos cultos», quer dizer, a todos quantos sendo cultivados não são especializados, propondo-lhes uma diversidade e universalidade temáticas que, intrinsecamente imbuídas de uma cultura superior, se afastam da mera erudição. Um estilo que, de ‘todas as maneiras’, busca ampliar a sedutora eficácia do seu pensar, designadamente «recorrendo com frequência à dupla titulação (o perturbante «ou», indicativo de alternativas que não se excluem, próprio da vivacidade de um pensamento que se desdobra) e à construção de quiasmos («*quinhentos anos de imperialismo sem Império que foram também quinhentos anos de Império sem autêntico imperialismo*»), [...] como se só no entrecruzar desses pólos invertidos fosse possível apreender o sentido sempre diferido do nosso labirinto, ou ainda explorando recursos gráficos, como os itálicos, que criam relevos, assinalando ideias-chave ou instantes de maior fulgurância»³. Acresce que escrevendo, Eduardo Lourenço *inscreve-se* no seu texto, assim abrindo nele a brecha de uma emotividade que, carregada de subjectividade pessoal embora transmissível porque virada para o exterior de si mesma, adquire sentido e consistência através de uma abertura intencional ao outro que o lê: «o encontro com os outros é o verdadeiro encontro connosco»⁴.

No universo criativo de Eduardo Lourenço e tal como escreveu o heterónimo pessoano epigrafado pelo ensaísta⁵, «o que é preciso é compenetrarmo-nos de que, na leitura de todos os livros, devemos seguir o autor e não querer que ele nos siga». Ao fazê-lo, importa ainda considerar a posição nuclear atribuída por Lourenço ao mito – essa tradução suprema do paradoxo humano⁶ – e ao poder da imagem, relevância que, ao mesmo tempo que deixa entrever a suspeita lourenciana relativamente aos limites estreitos

² Eduardo Lourenço concedeu-me uma longa entrevista em Vence, onde me desloquei durante a minha licença sabática com vista à feitura de um livro, *Em Diálogo com Eduardo Lourenço*, cuja publicação está em preparação.

³ SOARES, 2009: 147-148.

⁴ LOURENÇO, 2005: 180.

⁵ António Mora. A epígrafe surge no I capítulo de *Fernando Pessoa Revisitado. Leitura Estruturante do Drama em Gente*, Lisboa, Moraes Editores, 1981.

⁶ CRUZEIRO, 1997: 13.

de uma estrita racionalidade⁷, parece funcionar como uma espécie de recurso que permite aceder a tudo o que, sendo vital, está para além do mero entendimento lógico. Talvez por isso, «mais do que a estrutura lógico-conceptual de uma obra que a não tem, há que procurar o fio melódico que a percorre e a anima»⁸. Mas a sensação de fluidez inerente ao escrever lourenciano, suscitada pela inusitada e imprevisível mistura de razão, sensibilidade e imaginação e pelas «deambulações polissémicas e até contraditórias» que dela resultam, não invalida a existência de um fio articulador forte e coeso, modelando um pensamento denso mas leve, actual mas clássico, vivo e vivificante que, «tal como uma sinfonia, repete obsessivamente o mesmo tema [o qual], quase imperceptível nos desvios dos vários andamentos, por entre acordes dissonantes, acaba sempre por regressar igual e diferente»⁹.

Este conjunto de indícios coloca-nos então face a um objecto de estudo de matriz reafirmadamente heterodoxa, tão problemático quanto problematizante, «um texto plural, feito de uma terminologia flutuante, [...] em que o autor é acima de tudo um criador, um metaforizador»¹⁰, um pensamento complexo e fragmentado que requer decifração. Daqui que o encontro com a obra do nosso ensaísta-mor e, sobretudo, a tarefa de se pronunciar sobre ela, provoquem um fascínio manchado de desconcerto, hesitação e ambivalência. Na verdade, difícil se torna abandonar o puro prazer que a sua faiscante escrita inevitavelmente proporciona, essa espécie de hipnose contemplativa que nos cativa e prende, em troca da incerta e árdua (porém irresistível) aventura da sua interpretação.

2. Uma análise cuidada de um conjunto de textos significativos¹¹, permite evocar, de forma preambular, o que é conhecido: que a via privilegiada de indagação da cultura portuguesa levada a cabo por Eduardo Lourenço é a produção literária dos seus mais relevantes criadores; e que a interpretação do sentido e do simbolismo das imagens veiculadas pela literatura, constitui um domínio emblemático da sua reflexão sobre o modo de ser-português e o destino pátrio. Sobre a particularidade do «nosso caso», escreve em *O Labirinto da Saudade*: «Tivemos sempre uma vértebra supranumerária, vivemos sempre acima das nossas posses, mas sem problemas de identidade nacional propriamente ditos. A nossa questão é a da nossa imagem enquanto produto e reflexo da nossa existência e projecto

⁷ O ensaio de Eduardo Lourenço provocadoramente intitulado «Sérgio como mito cultural – É o autor de Ensaio um ensaísta?» ilustra bem este ponto de vista.

⁸ CRUZEIRO, 1997: 10.

⁹ CRUZEIRO, 1997: 10.

¹⁰ CRUZEIRO, 1997: 10.

¹¹ Incluídos principalmente em *O Labirinto da Saudade, Nós e a Europa ou as Duas Razões, Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino* ou *A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia*. Cf. «Referências Bibliográficas».

históricos ao longo dos séculos e em particular na época moderna em que essa existência foi submetida a duras e temíveis privações»¹².

A produção literária constitui, para Lourenço, a «expressão real de toda a cultura superior»¹³ representando, porventura, a única excepção que se encontra na cultura portuguesa ao marasmo e inferioridade generalizados. Sabe-se, designadamente desde a entrevista «As confissões de um místico sem fé», publicada no número especial que a revista *Prelo* lhe dedicou em 1984, que esta muito especial valorização concedida à literatura coincide com uma especificidade que desde cedo individualizou o percurso biográfico-intelectual de Eduardo Lourenço. Aí revela as reais motivações que transportaram a atenção indagadora do então jovem ‘aprendiz de filósofo’ para esse reino da subjectividade por excelência, corporizado pelos «navios luminosos da ficção», que reforçará o seu – inesgotável e insaciado – «apetite vital de «sentido» para a existência». Na verdade, a viragem para a dominante estético-literária e cultural que, a partir dos anos 50-60, modela o ensaísmo de Eduardo Lourenço e o orienta para a eleição do «estudo da literatura» e de determinados aspectos da cultura e da historiografia nacionais como objectos privilegiados de reflexão, teve como antecedente a concretização de um distanciamento face à inicial formação filosófica que recebeu e, em particular, a não prossecução dessa sua congénita inclinação no sentido de uma natural especialização de natureza académica. Mas este «processo de recusa» perante a filosofia ou melhor, relativamente ao discurso filosófico naquela sua configuração mais especificamente escolástica ou, se se preferir, escolar, assim como o «fascínio compensatório da Literatura» que o acompanhou, aconteceu não por a «grande literatura» lhe ter proporcionado a fruição dessa «verdade» que na filosofia se lhe negara mas, sobretudo, porque na arte em geral e no texto literário em particular reencontrou, esplendorosamente manifesta, uma muito sua enraizada convicção, concretamente, a que vislumbra «o carácter de ficção da nossa relação com a realidade», a par, como disse na citada entrevista, de «uma *realidade* mais conforme ao sentimento geral que procuro da vida e do mundo»¹⁴:

Sob esse ponto de vista, Vermelho e Negro, O Processo, Os Irmãos Karamazoff ou a Ode Marítima, nunca me desiludem. Ajudam-me mesmo a pensar que na ficção se recupera um sentido que discurso algum com pretensão à objectividade pode alcançar. Na medida em que o discurso filosófico – e em particular o discurso que por extrínseca determinação de escolaridade assim se autodenomina – se profere e sustenta nessa pretensão, em vez de reforçar o meu apetite vital de «sentido» para a existência, anula-o. Não é o caso da «grande» filosofia, sem dúvida e na verdade nem há outra, porque em última instância, a intuição que a alimenta e lhe confere «vida» é também da ordem da poesia¹⁵.

¹² LOURENÇO, 2005: 17-18.

¹³ LOURENÇO, 1987: 13.

¹⁴ LOURENÇO, 1984: 9.

¹⁵ LOURENÇO, 1984: 9-10.

Mas o que me parece de salientar no testemunho dado à revista *Prelo* pelo autor de *O Lugar do Anjo* sobre o seu trajecto espiritual e intelectual, é o facto de, independentemente dos motivos pessoais ou circunstanciais, terem existido razões de ordem afinal especificamente filosófica, não numa acepção restrita e meramente abstracta da expressão, mas em sentido mais amplo, existencial e vital, dupla acepção que, de resto, se mostra inseparável da constituição etimológica da própria expressão Filo-sofia e se reserva para aqueles que, como Lourenço, por uma natural e íntima disposição anímica efectivamente *amam* (de uma forma despojada de idolatria) a filosofia. Nesta ordem de ideias, não terá havido (nem, em rigor, poderia haver) um corte radical com a filosofia – entendida como liberdade pensante e, ainda mais, como a própria «liberdade em acto no seu mais alto grau»¹⁶ – mas sim uma «contaminação» entre filosofia e literatura (a «grande literatura»), motivada por uma paixão por ambas.

Assim, o facto de a literatura representar um prisma hermenêutico axial através do qual a cultura é apreciada e avaliada não pode senão representar uma escolha inteiramente deliberada e assumida. Na primeira edição (1978) de *O Labirinto da Saudade*, Eduardo Lourenço confirma-o: «Por gosto, por vocação, mas também por decisão intelectual fundamentada, este nosso primeiro esboço de imagologia portuguesa é quase exclusivamente centrado sobre imagens de origem literária [...], naquelas que por uma razão ou por outra alcançaram uma espécie de estatuto mítico, pela voga, autoridade e irradiação que tiveram ou continuam a ter»¹⁷. Por isso, a «preocupação pelo estatuto cultural que nos é próprio», cerne da tarefa de autognose colectiva delineada neste livro – e em vários outros, mostrando bem quanto Eduardo Lourenço é herdeiro da geração de 70 – exprime-a o autor através do propósito que em *O Labirinto* enuncia: o de produção de «um discurso crítico sobre as imagens que de nós mesmos temos forjado»¹⁸, em especial aquelas que, por terem sido concebidas por insignes artistas, historiadores, romancistas ou poetas, se impuseram e consolidaram na nossa «consciência comum».

Sobre as opções metodológicas que estruturam a sua crítica da portugalidade, interessa considerar o que afirma numa outra entrevista expressivamente intitulada «A perspectiva sociológica mais comum em relação à questão da identidade é *cega* porque o indivíduo não é o seu sujeito»¹⁹, concedida cerca de vinte anos depois da primeira publicação, na revista *Raiz & Utopia*, do ensaio «Psicanálise Mítica do Destino Português» que, como se sabe, gerou ampla e frutuosa reflexão identitária. Nesta entrevista em que reflecte sobre uma parte significativa do seu polémico [O] *Labirinto da Saudade*, Eduardo Lourenço esclarece a perspectiva dominante que orienta a sua análise: «É mais do que verdade que a

¹⁶ LOURENÇO, 1984: 11.

¹⁷ LOURENÇO, 2005: 18.

¹⁸ LOURENÇO, 2005: 18.

¹⁹ Trata-se de uma afirmação do próprio entrevistado.

minha leitura da cultura portuguesa em geral, do seu sentido, do seu funcionamento, tem pouco que ver com uma leitura sociológica. O simbólico é invisível para o olhar sociológico»²⁰. Sublinha também o propósito problematizante que, de forma decisiva, determinou a escrita deste livro que, estranhamente, foi entendido como (mais) um «discurso identitário»: «Mais do que paradoxal, uma leitura deste tipo é contrária à intenção do autor que era, quer na ordem hermenêutica, quer na ordem ideológica e política, a de problematizar e, se possível, substituir os mais conhecidos discursos identitários que têm Portugal como objecto, por um outro que os explicasse sem ter a pretensão, por sua vez, de ser «a verdade» sobre o que nós somos ou não somos»²¹. Demarcando-se da «linha Antero – António Sérgio» assim como das subsequentes revisitações de «modelo histórico-crítico» que essa linha suscitou e identificando-se, em termos hermenêuticos, com a abordagem de Oliveira Martins a quem chama «o primeiro mitólogo português, quer dizer, o primeiro que integrou à «História de Portugal» o imaginário com que os seus actores a fizeram, em suma, os mitos que incarnaram ou desejaram incarnar»²², Lourenço justifica ainda a própria opção de índole psicanalítica, intencionalmente distinta de uma racionalidade dita científica já que não se destina a «um discurso, considerado *a priori* impossível, sobre o «ser de Portugal», mas apenas a ler e a articular entre elas as *imagens* que nós, portugueses, fomos fabricando sobre a realidade, em si inacessível e sobretudo inesgotável de Portugal, ou melhor do sujeito colectivo a que damos esse nome»²³.

3. Um aspecto reiteradamente expresso por Eduardo Lourenço como característico do ser-português é a gritante falta de auto-crítica que nos caracteriza. Esta parece derivar sobretudo de uma espécie de passividade congénita aliada a uma generalizada – embora ténue e muito pouco amadurecida – consciência relativamente à nossa própria existência e situação. Num texto emblematicamente intitulado «Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos»²⁴, título que é apresentado como uma «síntese insuperável da essência da realidade portuguesa» e cuja flagrante actualidade choca pela sua inequívoca justeza, o autor de *A Morte de Colombo* traça um breve mas incisivo retrato lusíada, sistematizando vários aspectos fulcrais e intrinsecamente negativos do comportamento portu-

²⁰ *Zentralpark*, 1999: 80. Não obstante esta importante circunscrição, o autor de «Repensar Portugal» apela, neste preciso texto, a uma «renovada imagem», a construir partindo de uma metodologia dita congruente e não «sincrética» que propõe o recurso interdisciplinar a múltiplas áreas do conhecimento, renovadas e recuperadas no pós-25 de Abril após um longo exílio, designadamente universitário, como a economia, a sociologia, a etnografia, a psicologia social, a antropologia e a psicanálise histórica e social, «não como campos de estaque e esterilizante saber, mas como elementos de um *puzzle* adequado ao nosso mistério próprio» (Cf. LOURENÇO, 2005: 72).

²¹ *Zentralpark*, 1999: 75.

²² *Zentralpark*, 1999: 75.

²³ *Zentralpark*, 1999: 75.

²⁴ LOURENÇO, 2005: 127-135

guês. De entre estes, destaca-se precisamente o que concerne ao facto de não conseguirmos ter uma ideia lúcida e, por conseguinte, fidedigna acerca da «nossa celebrada maneira de estar no mundo». Esta, como escreve Lourenço com queirosiana ironia desocultando a risível tautologia que a circunscreve, tem sido aceite, ao longo dos «oitocentos anos de história pátria» como sendo «a melhor do mundo, por ser nossa e por não podermos conceber outra»²⁵, sempre, acrescente-se, com aquela naturalidade própria das evidências lapidares.

Neste como noutros aspectos Eduardo Lourenço mostra-se de novo sintonizado com o criticismo da Geração de 70, em particular o de Antero e de Eça, mas também com o posterior de Fernando Pessoa. Recorde-se deste último o conhecido e áspero remoque, também este ecoando outros de Eça, apontando ao povo português «o seu excesso de disciplina»: «nunca o português tem uma acção sua, quebrando com o meio, virando as costas aos vizinhos. Age sempre em grupo, sente sempre em grupo, pensa sempre em grupo. Está sempre à espera dos outros para tudo»²⁶.

Exercendo a função por excelência que lhe cabe – a de «consciência crítica da consciência portuguesa»²⁷, a análise lourenciana centra-se na imagem, altamente “desfocada” segundo o ensaísta, que os portugueses fazem de si mesmos e da sua posição no mundo. Ao contrário do que sucede com outros povos, a questão identitária, entendida como projecto de uma existência pátria cuja busca de definição política, territorial ou cultural vai estruturando o que se pode designar como realidade nacional, peca em Portugal por ser irreflectida, no sentido de mais vivida do que propriamente pensada. O resultado desta atitude despreocupada ou, se se preferir, acrítica, dominada por uma postura de alheamento e desinteresse, é a crescente generalização de um «penoso e já antigo sentimento que no séc. XIX foi quase o lugar-comum dos seus homens mais ilustres, [o] de que *estamos ausentes da nossa própria realidade*»²⁸. Em que consiste exactamente esta desconcertante ausência?

A nossa identidade encontra-se ‘descentrada’ do essencial, na medida em que só insatisfatoriamente corresponde a uma capacidade colectiva, efectivamente activa e capaz de transformar a nossa vida presente, empírica, de portugueses, por se encontrar ‘exilada’ num «puro passado» e presa ao decisivo protagonismo de outrora, quer dizer, ao «papel medianeiro e simbolicamente messiânico que desempenhou num certo momento da História ocidental convertida por essa mediação, pela primeira vez, em História *mundial*»²⁹. Acontece que a força deste «mito interior» é tão actuante na autoconsciência

²⁵ LOURENÇO, 2005: 127.

²⁶ PESSOA, 1978: 75.

²⁷ BARRETO, 1984: 70.

²⁸ LOURENÇO, 2005: 67-68.

²⁹ LOURENÇO, 1984: 11.

nacional que reforça, agravando-os, a nossa proverbial propensão para o ensimesmamento e um vincado «indiferentismo» assumindo, de resto, múltiplos e nocivos matizes³⁰, fortemente sintomáticos do desfasamento português face à sua própria situação e ao exterior de si mesmo. Por outras palavras, «que os outros o ignorem, saibam pouco ou o tenham esquecido, deprime-nos, mas não altera o essencial: *nós sabemos*, e esse saber é afinal a nossa *única e autêntica identidade*, tal como para o povo judaico a sua identidade é a de ser o *interlocutor privilegiado de Deus*»³¹. O clímax desta postura que mistura indiferentismo e «desfasagem» da realidade atinge o seu cúmulo perante e após a gravosa perda do nosso império. Na verdade, como (d)escreve Eduardo Lourenço com uma lucidez e finura exemplares repassadas de melancólica ironia:

Nestes últimos dez anos³² o estranho paradoxo do nosso incrível sentimento de segurança ontológica nacional recebeu uma confirmação (in)esperada. Refiro-me à perda das colónias portuguesas. Pareceria, à primeira vista, que a amputação do nosso secular espaço imperial provocaria o que, em termos clínicos ou metereológicos, se chama uma depressão. [...] Todavia, após um processo doloroso e absurdo, essas colónias tornaram-se independentes, sem que qualquer fenómeno que, de longe ou de perto, se assemelhe a um traumatismo da imagem nacional se tenha produzido entre nós. [...] Da nossa perda de Angola e Moçambique vivemos o luto com insólita serenidade, quase pura indiferença. Podemos também dizer, com justificado bom senso, tardio, mas salutar. A guerra colonial e o seu fim catastrófico – de um ponto de vista colonialista – mostraram não só os limites óbvios do nosso poder enquanto nação colonizadora, mas também a prodigiosa irrealidade da imagem e dos mitos que nos permitiam usufruir candidamente – num mundo em plena metamorfose – da ideia de que éramos senhores dos territórios desmedidos q no tempo da distração (relativa) imperialista ocidental tínhamos podido guardar. Apesar de tudo, e enquanto «mitologia», podia pensar-se q criara raízes no nosso inconsciente e q em presença de uma tal lição de coisas, desse fim imperial de nula glória, surgisse uma autêntica crise de consciência nacional e através dela qualquer coisa que afectasse justamente a vivência da nossa identidade. Era desconhecer o que há nela de realmente singular³³.

Esta avaliação unilateral e subjectiva que Portugal faz de si próprio, baseando-se, com euforia e excesso, exclusivamente na parte gloriosa de um passado longínquo que em determinado momento da história protagonizou, não pode senão conduzir a um descurar de aspectos identitários relevantes porque ligados às necessárias reestruturações exigidas pelo seu presente concreto, bem como, ao negligenciar de um processo de consciencialização séria face ao lamentável facto «da nossa pouca influência ou importância política,

³⁰ Sobre estes matizes cf., por exemplo, LOURENÇO, 2005: 54-55.

³¹ LOURENÇO, 1984: 11.

³² O texto «Identidade e Memória – o caso português» a que pertence o excerto citado é de 1984.

³³ LOURENÇO, 1994: 12-13.

económica e mesmo cultural no mundo contemporâneo»³⁴. O nosso problema não é assim, conforme escreve Eduardo Lourenço, «problema de *identidade*, se por isso se entende questão acerca do nosso estatuto nacional, ou preocupação com o sentido e teor da aderência profunda com que nos sentimos e sabemos *portugueses*, gente inscrita num certo espaço físico e cultural, mas de *hiperidentidade*, de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto dos outros povos, nações e culturas»³⁵.

Ora a hipertrofia da identidade lusa gerada pela fixação onírica e irrealista numa epopeica imagem de nós mesmos a que só um tempo passado, mítico e mitificado, parece ter sido capaz de dar significado pleno, incentiva uma existência mais fantasmática do que real que desvirtua a nossa actualidade presente, tornando-a ainda mais incerta e problemática.

Mas Eduardo Lourenço aponta ainda outros aspectos que enquadram a nossa «identidade orgânica» e caracterizam igualmente a singular vivência que dela fazemos. De entre estes, merecem destaque principalmente a enigmática – ao nível da sua própria razão de ser – e paradoxal oscilação entre um elevado (e por alguns fortes motivos inadequado) «grau de segurança ontológica» contrastando com a inevitável (e penosa) consciência da «nossa fragilidade objectiva»³⁶, coexistindo com uma certa tradição de fechamento, uma tendência para a marginalização relativamente ao contexto europeu – o nosso «lado de «ilha» sem o ser[mos]», e, ainda, com a manutenção de «*uma estrutura social* de um arcaísmo extremo, quer dizer, de um enraizamento profundo no passado»³⁷. «Quando se nasce numa comunidade deste tipo, – sublinha o autor de *Nós e a Europa ou as Duas Razões* – o perigo não é o de perder a *identidade*, é o de confundir a particularidade dela com a *universalidade*, o de não ser capaz, senão à superfície, de se abrir e dialogar com o outro, o de nos imaginarmos narcisicamente o *centro do mundo*, criando assim uma espécie de universal de referências *autistas*, onde naufraga o nosso sentimento da realidade e da complexidade do mundo»³⁸.

Em suma, o preço a pagar pela predominante vida imaginária que contagia transversalmente a «simbolicamente imóvel e feliz sociedade portuguesa»³⁹ está longe de ser irrelevante. A ausência de um deliberado confronto connosco mesmos – forçosamente desgastante, dadas as múltiplas carências e deficiências conhecidas – que prescindia do recurso a um «regresso ao passado de vã glória», se evita o doloroso trauma impede também o vigoroso esforço da sua superação, ou seja, a consciência do necessário ‘investimento’ a fazer,

³⁴ LOURENÇO, 1984: 10-11.

³⁵ LOURENÇO, 1984: 10, sublinhado meu.

³⁶ LOURENÇO, 1984: 11-12.

³⁷ LOURENÇO, 1984: 13-14.

³⁸ LOURENÇO, 1984: 14-15.

³⁹ LOURENÇO, 1998: 118.

em termos de ambição, de energia e de trabalho, no nosso presente ‘realmente real’. Acresce que a ‘fuga’ ao experienciar uma autêntica crise de identidade, entendida, na sua face positiva, como questionação rigorosa e sistemática dos mitos, imagens e valias do nosso projecto histórico enquanto Portugal-moderno, compromete a obrigação, tão urgente quanto inadiável, de nos repensarmos e de nos reorganizarmos tendo também em conta a construção de um futuro digno que valha a pena.

Bibliografia

- BAPTISTA, Maria Manuel (2004) – «Portugal como Destino ou do tempo português». In BAPTISTA, Maria Manuel (Coord.) – *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço – dos Críticos*. Maia: Ver O Verso, pp. 207-222.
- BARRETO, Luís Filipe (1984) – «Em torno de «O Labirinto da Saudade»». «Prelo». Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Número Especial, Maio, pp. 69-81.
- CARRILHO, Manuel Maria (2004) – «O fio de Ariana de Eduardo Lourenço». In BAPTISTA, Maria Manuel (Coord.) – *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço – dos Críticos*. Maia: Ver O Verso, pp. 153-158.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (1997) – *Eduardo Lourenço – O Regresso do Corifeu*. Lisboa: Editorial Notícias.
- (2004) – «A outra face das coisas (nos vinte anos do Labirinto da Saudade)». In BAPTISTA, Maria Manuel (Coord.) – *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço – dos Críticos*. Maia: Ver O Verso, pp. 159-170.
- GIL, José e CATROGA (1996) – *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço*. Lisboa: Relógio D’Água.
- LOURENÇO, Eduardo (1984) – «As confissões de um místico sem fé». «Prelo». Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Número Especial, Maio, pp. 7-16.
- (1987) – *Heterodoxia I e II*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (1994) – *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 4.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (1999) – «A perspectiva sociológica mais comum em relação à questão da identidade é cega porque o indivíduo não é o seu sujeito». *Zentralpark*. «Revista de Teoria & Crítica», n.º 2, «Os Intelectuais». Braga: Angelus Novus, pp. 74-82.
- (1999^b) – *Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino*. S. Paulo: Companhia das Letras.
- (2001) – *A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia*. S. Paulo: Companhia das Letras.
- (2004) – *Montaigne ou la vie écrite*. Paris: L’Escampette.
- (2005) – *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MATIAS, André (2008) – «A vida ‘em ensaio’ e o ensaio na vida». In ACT 16 – *Escrever a Vida. Verdade e Ficção*, org. MOURÃO, Paula e CARMO, Carina Infante do. Porto: Campo das Letras, pp. 195-212.
- PIEIDADE, Ana Nascimento (2008) – «Eduardo Lourenço, património da nossa cultura». In *Meridianos Lusófonos*, Coord. PETROV, Petar. Lisboa: Roma Editora, pp. 149-170.
- (2009) – «Eça de Queirós e Fernando Pessoa no Labirinto de Eduardo Lourenço». «Colóquio Letras», Eduardo Lourenço, 85 anos – *Congresso Internacional*, Fundação Calouste Gulbenkian/6 e 7 de Outubro de 2008, n.º 170, Janeiro/Abril, pp. 132-137.
- REAL, Miguel (2008) – *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi.
- RODRIGUES, Maria Teresa (2009) – «Eduardo Lourenço, hermeneuta do imaginário português». «Colóquio Letras», n.º 170, Janeiro/Abril, pp. 236-250.
- SOARES, Maria de Lurdes, (2009) *Encontros de confrontação que nos falta: Eduardo Lourenço e Maria Gabriela Llansol*. «Colóquio Letras», n.º 170, Janeiro/Abril, pp. 147-162.